



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002167-02.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores**  
 Requerente: **ITACEMA BUENO DE PAULA**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

### VISTOS.

Trata-se de Ação Anulatória de Débito Tributário com pedido de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada por **Itacema Bueno de Paula** contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, visando à declaração de inexistência de relação jurídica e, por conseguinte, a nulidade das CDA's mencionadas na inicial, relativas ao veículo Fiat/Tempra, placas BSR-4031, ANO 1994, Renavam 618919384, sob o fundamento de que o vendeu para o sr. Lindomar Luiz Gregório, em 31.08.2007, que não promoveu a regularização da transferência de propriedade junto ao DETRAN. Aduz estar sendo indevidamente cobrada por débitos de IPVA relativos aos anos de 2009 a 2014, sendo seus dados inseridos no Cadin Estadual. Requereu a antecipação dos efeitos da tutela para que seja determinada a suspensão dos efeitos do protesto da CDA's nº 1.153.723.281 (IPVA 2010), 1.153.651.158 (IPVA 2009), 1.156.182.265 (IPVA 2012), 1.157.390.399 (IPVA 2013), 1.157.909.279 (IPVA 2014) e 1.154.287.610 (IPVA 2011), bem como a suspensão da divulgação da inscrição de seus dados no Cadin Estadual.

Pela decisão de fls. 28/31 foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela.

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 56/65), aduzindo, em síntese que, com base na legislação em vigor, cabia à autora efetuar a comunicação de venda ao DETRAN, cuja omissão a torna responsável solidária pelas dívidas do veículo, razão pela qual sua pretensão não pode ser acolhida. Protestou pela improcedência do pedido.

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

**1002167-02.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).

A pretensão da autora merece prosperar.

Restou demonstrado nos autos que a autora, em 31.08.2007, efetuou a venda do veículo Fiat/Tempra, placas BSR-4031, ANO 1994, Renavam 618919384, para Lindomar Luiz Gregório, conforme atesta o certificado de registro de veículo, com a autorização para transferência, devidamente registrado no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do Segundo Subdistrito desta Comarca (fls. 16/17).

Não se sabe se ela adotou todas as cautelas necessárias após a referida venda, no sentido de comunicar a alienação ao Detran, no prazo de 30 dias, conforme prevê o art. 134 do CTB:

*“No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação”.*

Contudo, referido dispositivo já teve sua interpretação mitigada pelo Superior Tribunal de Justiça, que firmou entendimento de que o artigo 134 do CTB, uma vez estando suficientemente comprovada a transferência do veículo, não se aplica aos débitos decorrentes de não pagamento de tributo, conforme se vê dos julgados abaixo:

**“RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. IPVA. VIOLAÇÃO AO ART. 134 DO CTB. INAPLICABILIDADE DO DISPOSITIVO AOS DÉBITOS DECORRENTES DO NÃO PAGAMENTO DE TRIBUTO. PRECEDENTES: RESP 1.180.087/MG, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 14.08.2012; AGRG NO ARESP 1.300.098/RS, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, DJE 26.06.2012; RESP 1.116.937/PR, REL. MIN. BENEDITO GONÇALVES, DJE 08.10.2009. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.”**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO INATACADO. MANDADO DE SEGURANÇA.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**IPVA. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, NA FORMA DO ART. 134 DO CTB. RESPONSABILIDADE DO ANTIGO PROPRIETÁRIO, EM RELAÇÃO AO PERÍODO POSTERIOR À ALIENAÇÃO.**

1. Na hipótese, verifica-se que o agravante não combateu, nas razões do presente regimental, os fundamentos da decisão agravada, especificamente, no que diz respeito à orientação jurisprudencial de que o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro não se aplica a débitos tributários relativos ao IPVA, por não serem relacionados à penalidade aplicada em decorrência de infração de trânsito, “não sendo possível interpretá-lo ampliativamente para criar responsabilidade tributária ao antigo proprietário, não prevista no CTN”. Precedentes.” (Cf. STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1.368.198 MG).

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. MULTAS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 134 DO CTB. RELATIVIZAÇÃO. PRECEDENTES. 1. Há nos autos prova de que a ora agravada transferiu a propriedade do veículo antes da ocorrência dos fatos geradores das obrigações, ou seja, as infrações de trânsito ocorreram quando o veículo já estava em propriedade do novo comprador. 2. O art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro dispõe que, no caso de transferência de propriedade de veículo, deve o antigo proprietário encaminhar ao órgão de trânsito, dentro do prazo legal, o comprovante de transferência de propriedade, sob pena de se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas. 3. **Ocorre que tal regra sofre mitigação quando ficar comprovado nos autos que as infrações foram cometidas após aquisição do veículo por terceiro, mesmo que não ocorra a transferência, nos termos do art. 134 do CTB, afastando a responsabilidade do antigo proprietário.** Precedentes. Súmula 83/STJ.

No mesmo sentido é o posicionamento do E. Tribunal de

Justiça:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CAUTELAR DE



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

SUSTAÇÃO DE PROTESTO – IPVA – Alienação do veículo devidamente comprovada – Ausência de comunicação da transferência da propriedade do bem móvel – Inaplicabilidade do art. 134 do CTB ao IPVA – Cobrança relativa ao período posterior à venda – Inexigibilidade dos débitos a partir da alienação – Liminar deferida – Recurso provido. (Agravo de Instrumento nº 2071988-96.2013.8.26.0000, 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Peiretti de Godoy, julgado em 19.03.2014).

Ademais, nota-se que foram levadas a protesto Certidões de Dividas Ativas de IPVA relativos aos anos de 2009 a 2014, cujos fatos geradores, ocorreram, portanto, em data posterior à alienação do automóvel.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar a inexistência de relação jurídica-tributária entre a autora e a requerida, quanto aos IPVAs do veículo Fiat/Tempra, placas BSR-4031, ANO 1994, Renavam 618919384, cujos fatos geradores tenham ocorrido após a alienação do bem (31.08.2007), confirmando-se a tutela antecipada.

Expeçam-se ofícios aos Cartórios para que sustem definitivamente os protestos dos títulos indicados nos autos.

Diante da sucumbência, condeno a requerida ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor dado à causa, nos termos do artigo 85, § 4º, III, do Código de Processo Civil.

A requerida é isenta de custas nos termos da lei.

**P.I.C.**

São Carlos, 01 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**